Livro nº. 6
Folha 129
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

MUNICÍPIO DE
TERRAS DE BOURO

QUADRIÉNIO 2009/2012

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2013/02/08

Ata da Assembleia Municipal de 8 de fevereiro de 2013

----- Aos oito dias do mês de fevereiro do ano dois mil e treze, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Terras de Bouro, realizou-se a primeira Assembleia Municipal de Terras de Bouro do ano de dois mil e treze que reuniu em sessão ordinária com a seguinte Ordem de Trabalhos: ----------

----- Ponto um: Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea e) do número um, do artigo cinquenta e três, do decreto-lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro; ----------

----- Ponto dois: Análise e votação de proposta sobre a composição do júri de recrutamento para dois cargos dirigentes das Unidades Orgânicas de Obras Municipais e Planeamento e Urbanismo; ----------

----- Ponto três: Análise e votação de proposta referente ao "Aumento de Capital a realizar mediante a entrada de novo sócio no capital social da sociedade "Escola Profissional Amar Terra Verde, Lda."----------

---

----- Assumiu a Presidência da Mesa o Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves. O senhor Avelino José Antunes Soares assumiu o lugar de Primeiro Secretário e o senhor Guilherme Coelho Alves o lugar de Segundo Secretário. ----------

------ Estiveram na sessão, a representar a Câmara Municipal, o Presidente, Dr. Joaquim José Cracel Viana, e os Vereadores, Dra. Liliana Machado e Dr. António Afonso. Estiveram presentes os membros constantes do livro de presenças em uso nesta Assembleia, num total de trinta e quatro, tendo-se verificado as ausências dos senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Valdosende e de Chamoim, sendo este último substituído pela Secretária da Junta de Freguesia de Chamoim, senhora Teresa Braga, e ainda a falta da senhora deputada Lurdes Araújo, que foi substituída, nos termos da Lei, pelo senhor deputado Alberto Casimiro Gonçalves. ----------

------ Comprovada a existência de "Quorum", o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, tendo, de seguida, o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, senhor Avelino Soares, comunicado aos presentes o teor da correspondência dirigida

a este órgão desde a última sessão e colocado a mesma para eventual consulta. Ainda na sua intervenção, neste período, o senhor deputado Avelino Soares, em representação da Mesa, colocou à consideração da Assembleia Municipal a apresentação de três votos de pesar para inclusão na ordem de trabalhos, a saber: Voto de Pesar pelo falecimento da senhora D.ª Rosa de Sousa, mãe do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Teixeira; Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Dr. José Leite Machado, ex-Vereador, Presidente e membro desta Assembleia Municipal; e Voto de Pesar pelo falecimento do senhor José da Silva Araújo, ex-Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga. ----------

----- De seguida, o senhor deputado Agostinho Moura pediu a palavra para colocar à consideração, para inclusão na ordem de trabalhos, de mais um Voto de Pesar, desta feita pelo falecimento do senhor José Joaquim Pinto Lopes, ex-Presidente da Comissão Política Concelhia do Partido Popular, CDS-PP. ----------

----- Colocados de imediato à consideração da Assembleia pelo senhor Presidente deste órgão, foi aprovada por unanimidade a inclusão de todos os votos de pesar, passando a constar da ordem de trabalhos pela sequência apresentada. ----------

----- Ainda neste período inicial, o senhor deputado Avelino Soares retomou o uso da palavra para frisar a necessidade de se abordar nesta sessão a nova Lei das Finanças Locais e suas implicações no concelho de Terras de Bouro. ----------

---- De seguida, a ata da sessão anterior, realizada a trinta de novembro de dois mil e doze, foi colocada à consideração dos presentes. ----------

----- Sobre a mesma pediu a palavra o senhor deputado Alexandre Pereira para solicitar a correção e alteração da referência que é feita à sua ausência, já que onde surge o nome "Alexandre Dias" deverá constar "Alexandre Pereira". ----------

----- Seguidamente e após a correção solicitada, a ata supra mencionada foi colocada à votação e aprovada por maioria, com a abstenção do senhor deputado Alexandre Pereira. ----------

----- Ainda no período inicial dos trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio para realçar a importância de todos participarem na discussão da nova Lei das Finanças Locais e assumirem uma posição ponderada e crítica dessa lei. A diminuição significativa das transferências do Orçamento do Estado para os municípios trará situações muito complicadas na gestão financeira das autarquias. A redução prevista de vinte por cento do valor a transferir do Orçamento de Estado para as autarquias é, realmente, muito grave, principalmente para os municípios sem grande capacidade de gerar receitas próprias ou de criar a sua sustentabilidade

financeira, como é o caso de Terras de Bouro, sublinhou o senhor Presidente da Assembleia. Esta situação é agravada pela imagem pouco positiva das autarquias junto das populações e, assim, mais facilmente se compreendem e se aceitam cortes nas autarquias do que em outras áreas como a saúde ou a educação. ----------

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal assumiu de seguida a palavra para se referir também à nova Lei das Finanças Locais. Começou por informar os presentes que a Associação Nacional de Municípios (ANMP) solicitou aos municípios uma rejeição inequívoca da proposta de Lei das Finanças Locais, isto porque a nova lei contempla uma serie de situações e aspetos que irão agravar a situação económica das autarquias, com as implicações estruturais, económicas e, claro, sociais que daí advirão. Continuando, disse que esta lei entrará em vigor em dois mil e catorze e, se nada for feito para alterar a atual proposta, será realmente dramática a situação que muitos municípios irão enfrentar a partir de dois mil e catorze. As receitas municipais serão fortemente penalizadas com as reduções impostas, de cerca de vinte por cento, o que em termos reais significa cerca de setecentos e cinquenta milhões de euros a menos para as câmaras municipais. Aliás, sublinhou o senhor Presidente da Câmara, a proposta de lei em causa, no seu artigo décimo quarto, quando se refere às receitas municipais e à capacidade de autonomia e gestão local, impõe alterações que serão muito negativas para as populações, nomeadamente quanto às tarifas municipais de água, saneamento e recolha de lixo, que tenderão a ser iguais em todo o país. Trata-se, sublinhou o senhor Presidente da Câmara Municipal, de uma ingerência inadmissível na autonomia dos municípios e que prejudicará a qualidade de vida das pessoas que vivem em concelhos mais rurais. Concretizando com o caso de Terras de Bouro, que recebia até aqui cerca de cinco milhões e meio de euros do Orçamento Geral do Estado, esse montante deverá passar, a partir de dois mil e catorze, para quatro milhões e quatrocentos mil euros, isto é, haverá uma redução de cerca de um milhão e cem mil euros, o que num concelho onde as receitas próprias são muito baixas constituirá um golpe muito duro no orçamento municipal. Concluiu a sua intervenção, neste período, fazendo votos para que a ANMP e a ANAFRE intercedam junto dos senhores deputados da Assembleia da República no sentido de alertarem para as consequências nefastas de tal lei para as autarquias locais. ----------

----- Seguidamente e sobre esta matéria, pediu a palavra o senhor deputado António Cunha que começou por referir que da parte das câmaras municipais deveria existir uma "mea culpa" pela situação atual de rotura financeira em que muitas se encontram,

já que algumas não parecem ter outra razão de existir senão para garantirem o emprego de muitos funcionários e assim, sem capacidade financeira, acabarão por se extinguir por "morte natural". Acrescentou que as autarquias têm perdido a sua influência e o seu poder reivindicativo na sociedade uma vez que a população não compreende nem aceita situações de fácil despesismo como o que acontece em muitos municípios. ----------

----- Posteriormente interveio o senhor deputado Alexandre Pereira para, sobre o mesmo assunto, afirmar que não se deve entrar "em pânico" pois nada é ainda definitivo. Comentou ainda que talvez tivesse sido preferível que a Câmara Municipal aproveitasse a disponibilidade financeira que existiu no passado para aumentar o seu endividamento para investimentos, o que não fez, e agora ver-se na iminência de ter de pagar pelas autarquias que usaram e abusaram desse endividamento. ----------

----- Logo de seguida interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal para sublinhar a importância social e económica das Câmaras Municipais para as populações locais, sobretudo em meios mais rurais, pois num concelho como o de Terras de Bouro o que aconteceria a dezenas de famílias que têm funcionários a trabalhar e a desempenhar as suas funções públicas no Município, se este não existisse ou fosse extinto? Certamente uma tragédia social, sublinhou o senhor Presidente da Câmara Municipal. ----------

----- A intervenção seguinte pertenceu ao Segundo Secretário, senhor deputado Guilherme Alves, que, no seguimento das declarações anteriores, comentou que, nos últimos trinta anos, pouco ou nada se fez para desenvolver a economia local e aumentar a capacidade do Município de criar receitas próprias. Por isso, neste momento de grave crise social e económica em que o país está mergulhado, não se poderá criticar a Câmara Municipal por todos os apoios sociais e económicos que tem prestado aos habitantes do concelho e pelo apoio ao emprego, mesmo que precário. Importa, sobretudo, atenuar as dificuldades das pessoas, concluiu. ----------

----- Seguidamente assumiu a palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal para reafirmar a importância da Assembleia Municipal tomar uma posição sobre a proposta de Lei das Finanças Locais. A propósito do que estava a ser dito e comentado por alguns deputados, focou o aspeto de, em alguns casos, o ratio entre o número de funcionários municipais e o número da população ser, realmente, __ muito assimétrico, mas também não é menos verdade que não podemos ver esta questão simplesmente à luz de números, pois cada município tem as suas especificidades próprias, ressalvou o senhor Dr. Ricardo Gonçalves. Ainda sobre este último aspeto, o

senhor Presidente da Assembleia Municipal afirmou que, entre despedir funcionários públicos ou reduzir-lhes o salário, seria preferível a segunda hipótese como um mal menor. Também é verdade que a distribuição dos funcionários municipais em Terras de Bouro poderia ser revista e talvez ter uma coordenação e distribuição diferente. No caso de Terras de Bouro e agora sobre as situações focadas na proposta de Lei das Finanças Locais, o senhor Presidente da Assembleia Municipal disse, por último, que é preocupante o valor reduzido do IMI num concelho como o nosso em que a sua expressão deveria e poderia ser, sem dúvida, maior. ----------

----- Iniciado o período de antes da ordem do dia, interveio, em primeiro lugar, o senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar informações sobre a publicação e consequente entrada em vigor da Lei onze -A/ de dois mil e treze, de vinte e oito de janeiro, documento que estabelece a constituição definitiva do novo mapa das freguesias, tendo referido a situação no concelho de Terras de Bouro, onde se regista a agregação da freguesia de Brufe com Cibões, da freguesia de Vilar com Chamoim e da freguesia do Monte com Chorense, de acordo com a proposta aprovada nesta Assembleia Municipal. Posteriormente, o senhor Presidente da Câmara informou os presentes sobre os problemas e prejuízos provocados no concelho pelas recentes intempéries. Referiu o corte de estrada em Santa Isabel do Monte devido à queda de uma ponte, o aluimento de terras na estrada entre Carvalheira e o Campo do Gerês, a queda de taludes no Gerês, em Gondoriz e em Chorense que limitaram ou impediram a circulação do trânsito automóvel. Todas estas ocorrências representam, segundo os Serviços Municipais competentes, uma despesa extraordinária de cerca de cento e cinquenta mil euros para a Câmara Municipal, sublinhou o senhor Presidente da Câmara. Esta situação de calamidade foi já comunicada à ANMP e foi solicitada uma reunião com a Fundação EDP para apresentação de um dossiê exaustivo do que aconteceu no concelho no sentido de se tentar obter algum apoio destas entidades para minorar as despesas do Município. ----------

----- Sobre o facto de algumas estradas municipais terem ficado cortadas ao trânsito, pediu a palavra o senhor deputado António Cunha para dizer que é pouco compreensível, nos dias de hoje, que o site do Município não tivesse disponibilizado qualquer informação sobre as vias do concelho afetadas pelo mau tempo, nomeadamente as que estavam intransitáveis, facilitando a vida a todos os que tivessem necessidade de utilizar tais vias. ----------

----- Prosseguindo a sua intervenção, o senhor deputado António Cunha solicitou esclarecimentos ao senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a situação de um muro de suporte de terras, que está supostamente em perigo de desabamento, junto ao Centro Escolar de Terras de Bouro. Com efeito, o senhor deputado, como munícipe, mas sobretudo como pai, estranha o silêncio da Câmara Municipal sobre uma situação tão delicada. Segundo sabe, há declarações de um técnico da autarquia que, ao afirmar que o referido muro está em risco de colapso, aumentam as preocupações dos pais, alunos e professores. Independentemente da culpa ou das razões de tal situação, é urgente uma solução que garanta a segurança das pessoas, concluiu. ----------

----- Logo depois assumiu a palavra o senhor deputado Alexandre Pereira que começou por se referir à realização de um curso de informática promovido pela ATAHCA que está a decorrer em Vilar da Veiga, frequentado por muitas pessoas que têm andado à deriva devido às constantes mudanças do local das sessões. Seria útil que a Câmara Municipal disponibilizasse um espaço fixo e com condições para que a formação pudesse decorrer com normalidade. ----------

----- O senhor deputado Alexandre Pereira perguntou de seguida ao senhor Presidente da Câmara Municipal qual a área do terreno à entrada da vila do Gerês onde se realizavam muitas atividades das festas em honra de Santa Eufémia, assunto já abordado nas sessões da Assembleia Municipal; quem são os proprietários desse terreno e que áreas possuem; quem fechou o acesso ao terreno e, por fim, se existe algum projeto para esse espaço. ----------

----- Após estas intervenções dos senhores deputados municipais, o senhor Presidente da Câmara Municipal iniciou o período de respostas e esclarecimentos, começando por se referir à questão colocada pelo senhor deputado António Cunha sobre o muro de suporte de terras junto ao Centro Escolar de Terras de Bouro. Esclareceu que tem informado a Direção da Escola sobre os procedimentos já tomados e em curso e que deverá ser a Direção da Escola a informar os pais. Esclareceu que, neste momento, o referido muro já foi intervencionado pela Câmara Municipal, de acordo com pareceres técnicos, de modo a estabilizar a sua estrutura. Para isso, foram abertos poços de drenagem de águas pluviais e está a ser monitorizado de forma a avaliar a sua estabilidade. O senhor Presidente sublinhou que a Câmara Municipal, por precaução e de forma a garantir a segurança das pessoas, também procedeu à vedação e interdição de áreas junto a esse muro. Com a construção de poços de drenagem de águas pluviais e com a interdição de espaços à circulação de pessoas, foram tomadas

as medidas necessárias para que não se corram quaisquer riscos de segurança, referiu o senhor Presidente, tendo acrescentado que, neste momento, está em curso o processo administrativo que possibilite uma solução definitiva para tal situação, pois sendo o muro propriedade particular, a Câmara Municipal só poderá tomar mais medidas após a posse administrativa do mesmo. ----------

----- O senhor deputado António Cunha voltou a usar da palavra para referir que, hoje em dia, graças às tecnologias de informação, não custa nada fazer e divulgar um comunicado sobre esta situação que pudesse informar e sossegar os pais. ----------

----- Sobre esta última intervenção, o senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a referir que há um diálogo constante entre a Câmara Municipal e a Direção da Escola sobre este assunto e que tudo foi feito de modo a garantir a segurança das pessoas, embora compreenda e aceite como legítimas as preocupações e dúvidas dos pais. ----

----- À intervenção do senhor deputado Alexandre Pereira, o senhor Presidente da Câmara respondeu que teve conhecimento da existência de alguns problemas com a realização das sessões do curso de informática promovido pela ATAHCA na vila do Gerês e que a situação está a ser resolvida, melhor, já foi resolvida, mesmo que a responsabilidade de tal curso e do local das sessões não fosse da Câmara Municipal. Contudo, salientou o senhor Presidente, tratando-se de educação e formação dos munícipes, a Câmara Municipal está sempre pronta para resolver problemas. ----------

----- Já relativamente ao terreno na vila do Gerês, o senhor Presidente esclareceu que, tanto quanto sabe, há dois proprietários desse terreno: o senhor Manuel Pires, residente em Braga, que possui três lotes para construção de blocos de apartamentos, com uma área total que rondará os dois mil m2, e um segundo proprietário, de Vieira do Minho, que possui um lote para construção de um bloco de apartamentos, com uma área de cerca de quinhentos m2. A restante área será do domínio público onde estava prevista a construção de ruas, acessos e espaços de lazer junto ao rio Gerês. Por motivos que desconhece, o senhor Presidente da Câmara informou que quem fechou a entrada nesse terreno foi o senhor Manuel Pires, um dos proprietários, tendo acrescentado que tem estado em contacto com esse proprietário para esclarecer toda a situação e também chegar a um entendimento sobre uma possível compra dos seus lotes pela Câmara Municipal, uma vez que todo aquele terreno seria muito proveitoso para o domínio público e para a vila do Gerês. ----------

----- Sobre este último assunto, o Primeiro Secretário, senhor deputado Avelino Soares, interveio para comunicar que, enquanto vereador, entre mil novecentos e

noventa e sete e dois mil e um, apresentou os seus pontos de vista e sugestões sobre o dito terreno. Com efeito, nessa altura, propôs um projeto de requalificação daquele espaço e do espaço junto à delegação de turismo, com a construção de um polidesportivo, que entretanto a vila do Gerês tinha perdido com a construção da variante. Esse polidesportivo teria, no seu entender, uma utilização multifacetada, podendo ser utilizado na realização de eventos de animação turística, sendo, a estrutura de suporte aproveitada para estacionamento, que na altura era muito reclamado no Gerês. A verdade é que, lamentavelmente, as suas ideias não tiveram nem aceitação nem seguimento, o que lamenta, a par de outras intervenções apresentadas na altura, como as obras para a beneficiação das margens do rio Gerês (sul) e hoje, passados todos estes anos, ainda temos este problema para resolver, conclui o senhor Avelino Soares. ----------

----- A intervenção seguinte foi da autoria do senhor deputado Agostinho Moura e sobre o mesmo assunto referiu que tem uma cópia do projeto que teria existido para o local em causa e que metade do terreno sempre pertenceu ao senhor João da Ponte, cujos herdeiros pretendiam construir nessa parcela que lhes pertencia. A outra metade era pertença de outras famílias e a verdade, sublinhou o senhor deputado Agostinho Moura, é que o assunto já deu muitas voltas, sendo, presentemente, uma complicação difícil de resolver. Terminou, afirmando que existiu realmente um projeto para a construção do polidesportivo nesse terreno, mas um movimento local entretanto criado resolveu construir o polidesportivo noutro local, no caso, na Pereira, o que nunca veio a acontecer. ----------

----- Seguidamente, assumiu a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Chorense para questionar o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre uma hipotética instalação de uma Misericórdia em Terras de Bouro, algo que poderá dificultar a sustentabilidade dos atuais Centros Sociais do concelho, atendendo às dificuldades que estes atravessam. ----------

---- Ainda na sua intervenção, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Chorense perguntou se é verdade que o Município disponibiliza motoristas ao Centro de Saúde para efetuarem o transporte das equipas médicas e se tal facto não prefigura uma utilização imprópria dos funcionários municipais. ----------

---- Para esclarecer estas questões, o senhor Presidente da Câmara Municipal disse que existe a possibilidade de se consolidar um protocolo com a Misericórdia de Vila Verde para apoio local a pessoas necessitadas e pobres, no âmbito da alimentação, e não quanto à instalação de uma Misericórdia. Relativamente à cedência de motoristas

do Município para os serviços do Centro de Saúde, o senhor Presidente da Câmara Municipal informou que há uma colaboração efetiva nesse sentido, pois os enfermeiros em serviço de apoio domiciliário têm receio em conduzir por algumas vias do concelho, algumas bastante sinuosas e apertadas como todos sabem e, assim sendo, alguns motoristas do Município prestam esse apoio que é muito importante para a concretização de vários projetos de promoção da saúde no concelho. ----------

----- A respeito deste último assunto, a senhora Vereadora Dr.ª Liliana Machado pediu o uso da palavra para salientar a importância da equipa constituída no âmbito da Unidade de Cuidados Continuados Integrados de Terras de Bouro, pelo serviço que presta à população, sobretudo às pessoas acamadas e mais necessitadas. Referiu que, na verdade, há profissionais de saúde que se recusam a conduzir por não fazer parte das suas funções e por representar um eventual risco para o seu trabalho, cabendo, desta forma, ao Município a resolução deste problema, o que tem sido feito com ótimos resultados na promoção da saúde. ----------

----- Seguidamente, o Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, senhor deputado Avelino Soares, interveio novamente para, relativamente à temática das valências sociais, afirmar que as respostas de apoio social que, eventualmente, poderão vir a ser criadas não se deverão sobrepor às já existentes, ainda mais agora que está a ser construído o Lar de Moimenta, com capacidade para trinta e oito utentes. Relativamente à concretização de um serviço de cuidados continuados no concelho, o senhor deputado Avelino Soares sugeriu que o espaço onde funciona o atual Lar da Cruz Vermelha seria o local ideal para esse fim. ----------

----- Seguiu-se o período reservado às eventuais intervenções do público presente, não se registando qualquer intervenção. ----------

------ De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou a Ordem de Trabalhos desta sessão, da qual constam os seguintes sete pontos com a alteração da ordem atrás introduzida: ----------

----- Ponto um: Apreciação da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea e) do número um, do artigo cinquenta e três, do decreto-lei número cento sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro; ----------

----- Ponto dois: Análise e votação de proposta sobre a composição do júri de recrutamento para dois cargos dirigentes das Unidades Orgânicas de Obras Municipais e Planeamento e Urbanismo; ----------

----- Ponto três: Análise e votação de proposta referente ao "Aumento de Capital a realizar mediante a entrada de novo sócio no capital social da sociedade "Escola Profissional Amar Terra Verde, Lda."----------

----- Ponto quatro: Voto de Pesar pelo falecimento da senhora D. Rosa de Sousa;

----- Ponto cinco: Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Dr. José Leite Machado. ----------

----- Ponto seis: Voto de Pesar pelo falecimento do senhor José da Silva Araújo;

----- Ponto sete: Voto de Pesar pelo falecimento do senhor José Joaquim Pinto Lopes. ----------

----- Dando cumprimento ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente da Câmara fez a apresentação da situação económica e financeira do Município, apresentando também as atividades referentes a cada unidade orgânica. Referiu que o processo de revisão do PDM está, finalmente, na sua fase derradeira, antes de entrar em discussão pública; salientou o sucesso do Encontro de Cantares de Natal e de Reis e do Desfile de Carnaval, este organizado em conjunto com o Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro; informou ainda sobre várias atividades no domínio das obras municipais e obras nas freguesias, como a construção de casas mortuárias. ----------

---- Colocado o primeiro ponto da ordem de trabalhos à consideração da Assembleia, não se registaram intervenções. ----------

----- Posteriormente e já sobre o segundo ponto, o senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o mesmo e passou de imediato a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que comunicou aos membros da Assembleia Municipal a competência que assiste a este órgão na aprovação da constituição do júri do concurso em questão. O assunto prende-se com a necessidade da efetivação de dois cargos de dirigentes de unidades orgânicas do Município, explicando de seguida a hierarquia do próprio júri, por uma questão de imposição legal. ----------

---- Aberto o período de inscrições, não se registaram inscrições e sendo colocada à votação, foi a "Proposta sobre a composição do júri de recrutamento para dois cargos dirigentes das Unidades Orgânicas de Obras Municipais e Planeamento e Urbanismo" aprovada por unanimidade. ----------

----- Logo de seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o terceiro ponto da ordem de trabalhos: Proposta de "Aumento de Capital a realizar mediante a entrada de novo sócio no capital social da sociedade "Escola Profissional Amar Terra Verde, Lda."----------

----- O senhor Presidente do Município interveio sobre este assunto para esclarecer que o que está em causa é a entrada de um novo sócio, que será maioritário, no capital da EPATV. Este novo sócio, por ser maioritário, assumirá a gestão da EPATV e libertará os três municípios que constituem esta sociedade por quotas, a saber, os municípios de Vila Verde, Amares e Terras de Bouro, da gestão da Escola Profissional. A nova Lei número cinquenta de dois mil e doze, de trinta e um de Agosto, conhecida como lei das empresas municipais ou lei do setor empresarial local, impõe uma série de normas que dificultam a gestão da EPATV pelos municípios. Deste modo, será mais fácil a gestão da EPATV por uma entidade que não seja pública. O senhor presidente salientou que os edifícios da EPATV (pólo de Vila Verde e pólo de Amares) continuarão a ser propriedade dos três municípios. ----------

----- Aberto o período de inscrições, pediu a palavra o senhor deputado Américo Pereira para questionar se já existem concorrentes interessados na aquisição da referida quota. ----------

----- A esta questão respondeu de imediato o senhor Presidente da Câmara Municipal par informar que já há, pelo menos, dois interessados. ----------

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga perguntou ao senhor Presidente da Câmara se o Município perde capital com esta alteração. ---------

----- O senhor Presidente da Câmara respondeu logo de seguida, afirmando que o Município não perde receita, pois a EPATV não divide possíveis lucros pelos acionistas. Os municípios só terão a beneficiar com esta mudança, pois deixarão de pagar a quota mensal, que no caso de Terras de Bouro ronda os 9.000,00 euros por mês. ----------

----- Ainda sobre este ponto pediu a palavra o senhor deputado Alexandre Pereira para afirmar a sua discordância com esta alteração no capital da EPATV e, à semelhança do seu homólogo de Vila Verde na Assembleia Municipal, que até apresentou queixa junto da Procuradoria-Geral da República, irá votar contra face aos moldes do negócio em causa. Com efeito, prosseguiu o senhor deputado, por cento e vinte mil euros de entrada e cinco anos para pagar os restantes trezentos mil euros da quota, tal torna-se muito apetecível para muita gente. Em Vila Verde, continuou, já privatizaram as piscinas, o estádio, um restaurante de apoio e assim é muito fácil gerir o que é público, sublinhou. ----------

----- Sobre esta intervenção do senhor deputado Alexandre Pereira, o senhor Presidente da Câmara Municipal retomou a palavra para dizer que as opções da

Câmara Municipal de Vila Verde são da sua responsabilidade e se decidiu concessionar estruturas municipais é porque considerou como positiva e útil tal solução. Aliás, comentou o senhor Presidente, seria bom que a Câmara Municipal de Terras de Bouro pudesse, por exemplo, concessionar a Piscina Municipal, evitando assim os encargos que irá ter com esta estrutura. ----------

----- Colocado à votação, o terceiro ponto da ordem de trabalhos foi aprovado por maioria, com o voto contra do senhor deputado do Partido Comunista Português, Alexandre Pereira. ----------

----- Prosseguiu logo depois a sessão com a apresentação pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal do quarto ponto, *"Voto de Pesar pelo falecimento da senhora D. Rosa de Sousa"*, que foi aprovado por unanimidade e alvo de um minuto de silêncio por todos os elementos da Assembleia Municipal de Terras de Bouro. ----------

----- Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou e colocou também à consideração o quinto ponto da ordem de trabalhos, "*Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Dr. José Leite Machado"*, que foi aprovado por unanimidade e alvo de um minuto de silêncio por todos os elementos da Assembleia Municipal de Terras de Bouro. ----------

---- O sexto ponto, *"Voto de Pesar pelo falecimento do senhor José da Silva Araújo"*, foi de seguida apresentado pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e foi aprovado por unanimidade, sendo de igual forma alvo de um minuto de silêncio por todos os elementos da Assembleia Municipal de Terras de Bouro. ----------

----- Por último, o sétimo ponto, *"Voto de Pesar pelo falecimento do senhor José Joaquim Pinto Lopes"*, foi colocado também à consideração, sendo à semelhança dos anteriores, aprovado por unanimidade e alvo de um minuto de silêncio por todos os elementos da Assembleia Municipal de Terras de Bouro. ----------

----- Dada a sua similaridade, foi aberto depois o período de intervenções sobre os últimos quatro pontos da ordem de trabalhos, sendo que, sobre o sexto ponto, interveio o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga para dizer que o senhor José da Silva Araújo foi uma referência para a freguesia de Vilar da Veiga, tentando desenvolver sob os mais variados aspetos as infraestruturas básicas que servem a freguesia. ----------

---- Sobre o mesmo assunto, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Ricardo Gonçalves, interveio para realçar o carácter extraordinário e relevante dos visados nos votos de pesar, nomeadamente o Dr. Leite Machado, não deixando de realçar o enorme valor e empenho que todos revelaram por Terras de Bouro.

Terminou a sua intervenção, realçando o reconhecimento por parte da Assembleia Municipal do papel e funções dos falecidos em prol do concelho e dos terrabourenses, que servem de exemplo neste tempo em que cada vez é mais difícil encontrar pessoas com tamanha dimensão humana e social. ----------

---

----- E nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, eram vinte e três horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente e por mim que a secretariei.

O Presidente da Assembleia Municipal

O Secretário da Assembleia Municipal